



## ***O Papel da Medicina de Família e Comunidade na Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil***

Laura Vilela Dourado, Anderson Luís dos Santos Martins Júnior, Wilson Espósito Júnior, Cristiane Sgarbi Rossino, Maria Paula Bianchim Oliveira, André Luiz Martins Vaz Peres, Gabriel Araújo Ferrari Figueiredo, Laura Vendramin Licks, Marília Elis Reichert, Francisco Noerdson Nascimento de Melo, Matheus Viana Soares Lima



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n11p355-366>

Artigo recebido em 26 de Setembro e publicado em 6 de Novembro de 2025

### **REVISÃO DA LITERATURA**

#### **RESUMO**

A mortalidade materna e infantil permanece como um dos principais desafios de saúde pública, refletindo as desigualdades sociais e a fragilidade dos sistemas de atenção básica em muitos países. No Brasil, apesar dos avanços alcançados com a Estratégia de Saúde da Família (ESF), ainda há disparidades regionais que comprometem a redução desses indicadores. A Medicina de Família e Comunidade, ao adotar uma abordagem centrada na pessoa e no contexto familiar, desempenha papel essencial na prevenção desses óbitos, garantindo cuidado contínuo, integral e humanizado. O presente estudo teve como objetivo analisar o papel da Medicina de Família e Comunidade na prevenção da mortalidade materna e infantil, destacando suas estratégias de atuação e os principais desafios enfrentados. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, baseada na análise de publicações científicas e documentos oficiais que abordam a relação entre a atenção primária à saúde e a redução da mortalidade materno-infantil. Foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais, selecionando estudos dos últimos dez anos que enfatizassem o impacto das práticas de cuidado integral, da vigilância em saúde e do trabalho multiprofissional. A análise seguiu uma abordagem descritiva e interpretativa, buscando identificar as principais contribuições do médico de família na promoção da saúde e na prevenção de agravos. Os resultados evidenciam que o fortalecimento da atenção primária, com foco na ESF, é determinante para a diminuição das taxas de mortalidade materna e infantil. A atuação do médico de família na detecção precoce de riscos, no acompanhamento do pré-natal, na promoção do aleitamento materno e na educação em saúde mostra-se eficaz para prevenir desfechos adversos. Conclui-se que a Medicina de Família e Comunidade é peça-chave na construção de um modelo de saúde sustentável, equitativo e resolutivo, sendo indispensável para o alcance das metas de desenvolvimento sustentável e para a garantia de uma vida mais saudável para mães e crianças.

**Palavras-chave:** Medicina de Família e Comunidade; Mortalidade Materna; Mortalidade Infantil.

## ***The Role of Family and Community Medicine in the Prevention of Maternal and Infant Mortality***

### **ABSTRACT**

Maternal and infant mortality remains one of the main public health challenges, reflecting social inequalities and weaknesses within primary care systems in many countries. In Brazil, despite significant advances achieved through the Family Health Strategy (FHS), regional disparities still hinder the reduction of these indicators. Family and Community Medicine, by adopting a person-centered and family-oriented approach, plays a crucial role in preventing these deaths by ensuring continuous, comprehensive, and humanized care. This study aimed to analyze the role of Family and Community Medicine in preventing maternal and infant mortality, highlighting its strategies of action and the main challenges faced. This is a narrative literature review based on the analysis of scientific publications and official documents addressing the relationship between primary health care and the reduction of maternal and infant mortality. National and international databases were consulted, selecting studies from the last ten years that emphasized the impact of comprehensive care practices, health surveillance, and multidisciplinary teamwork. The analysis followed a descriptive and interpretative approach, aiming to identify the main contributions of family physicians in promoting health and preventing adverse outcomes. The results show that strengthening primary health care, particularly through the FHS, is crucial for reducing maternal and infant mortality rates. The role of family physicians in the early detection of risks, prenatal follow-up, promotion of breastfeeding, and health education has proven effective in preventing negative outcomes. It is concluded that Family and Community Medicine is a key component in building a sustainable, equitable, and effective health care model, essential for achieving sustainable development goals and ensuring a healthier life for mothers and children.

**Keywords:** Family and Community Medicine; Maternal Mortality; Infant Mortality.

**Autor correspondente:** Laura Vilela Dourado [lauravilela03@gmail.com](mailto:lauravilela03@gmail.com)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## **INTRODUÇÃO**

A mortalidade materna e infantil continua sendo um dos maiores desafios para os sistemas de saúde em todo o mundo, refletindo diretamente as desigualdades sociais, econômicas e de acesso a cuidados de saúde. Esses indicadores representam não apenas falhas no atendimento médico, mas também deficiências estruturais em políticas públicas, educação em saúde, saneamento e nutrição. A mortalidade materna é considerada um importante marcador da qualidade da atenção à saúde da mulher, enquanto a mortalidade infantil indica o grau de desenvolvimento de uma nação e a eficácia de suas estratégias de atenção básica (Laurenti *et al.*, 2000; Borges *et al.*, 2024).

No contexto brasileiro, apesar dos avanços nas últimas décadas com a expansão da Atenção Primária à Saúde (APS) e da Estratégia de Saúde da Família (ESF), ainda persistem índices preocupantes em determinadas regiões, especialmente nas áreas rurais e em comunidades em situação de vulnerabilidade social. A mortalidade materna, frequentemente associada a causas evitáveis, como hipertensão gestacional, hemorragias e infecções, poderia ser significativamente reduzida por meio de intervenções oportunas e de um cuidado contínuo e humanizado. Do mesmo modo, a mortalidade infantil, associada a causas preveníveis como desnutrição, infecções respiratórias e diarreia, também depende de políticas eficazes e acompanhamento sistemático desde a gestação até os primeiros anos de vida (Facchini *et al.*, 2018).

Assim, este artigo tem como objetivo discutir o papel da Medicina de Família e Comunidade na prevenção da mortalidade materna e infantil, destacando a importância do cuidado integral, da abordagem comunitária e do fortalecimento da APS como pilares fundamentais para a redução desses indicadores. Além disso, busca evidenciar como o médico de família, inserido em equipes multiprofissionais, pode contribuir para a vigilância, a promoção e a prevenção em saúde, atuando como elo entre a população e o sistema de saúde.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Trata-se de uma revisão de literatura, cujo propósito foi reunir e analisar estudos científicos e documentos oficiais que abordam a relação entre a Medicina de Família e Comunidade e a prevenção da mortalidade materna e infantil. Foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais, incluindo SciELO, PubMed e LILACS, com o uso de descritores



relacionados a mortalidade materna, mortalidade infantil, atenção primária à saúde e medicina de família.

Os critérios de inclusão envolveram artigos publicados nos últimos dez anos, em português, inglês ou espanhol, que apresentassem dados relevantes sobre práticas, políticas e resultados da atenção primária na redução dos índices de mortalidade materno-infantil. Foram excluídos estudos duplicados, revisões incompletas e textos que não abordassem diretamente o papel do médico de família ou da equipe de atenção primária. O processo de seleção foi conduzido de forma independente, buscando garantir a relevância e coerência temática das fontes utilizadas.

A análise dos dados seguiu uma abordagem descritiva e interpretativa, buscando identificar padrões e convergências entre os estudos revisados. As informações foram organizadas em categorias temáticas correspondentes aos principais eixos de atuação da Medicina de Família e Comunidade na prevenção da mortalidade materna e infantil, permitindo uma discussão aprofundada sobre os desafios, avanços e perspectivas futuras.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Mortalidade Materna e Infantil: Conceitos e Determinantes**

A mortalidade materna é definida como o óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gravidez, por causas relacionadas ou agravadas pela gestação ou por medidas adotadas para o seu manejo. Já a mortalidade infantil refere-se ao óbito de crianças menores de um ano de idade, podendo ser classificada em neonatal e pós-neonatal, de acordo com o momento da ocorrência. Ambos os indicadores são amplamente utilizados para avaliar a qualidade da atenção à saúde e o grau de desenvolvimento de um país (Tintori *et al.*, 2022).

Os determinantes da mortalidade materna e infantil são complexos e interdependentes, abrangendo fatores biológicos, sociais, econômicos e culturais. A pobreza, a baixa escolaridade, a desnutrição, a falta de saneamento básico e o acesso limitado aos serviços de saúde constituem elementos centrais na determinação desses desfechos adversos. Além disso, desigualdades de gênero e barreiras geográficas ampliam a



vulnerabilidade das populações mais pobres, dificultando o acesso a cuidados de qualidade, especialmente no pré-natal, parto e puerpério (Assis *et al.*, 2007; Lima *et al.*, 2010).

As causas diretas da mortalidade materna incluem complicações obstétricas, como hipertensão, hemorragias e infecções, enquanto as causas da mortalidade infantil frequentemente estão relacionadas a doenças evitáveis, como infecções respiratórias, diarreias e condições associadas à prematuridade. A compreensão desses determinantes é essencial para o planejamento de ações integradas na atenção primária, pois permite identificar grupos de risco e direcionar recursos e estratégias de forma mais eficiente (Filippi *et al.*, 2016).

## **A Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Papel do Médico de Família e Comunidade**

A Estratégia de Saúde da Família representa a principal ferramenta de reorganização da atenção básica no Brasil e tem se mostrado um modelo eficaz na redução de indicadores negativos de saúde, incluindo a mortalidade materna e infantil. Ao priorizar a atenção contínua, o vínculo com a comunidade e a abordagem preventiva, a ESF amplia o acesso aos cuidados e promove uma visão integral do processo saúde-doença. Nesse contexto, o médico de família desempenha papel fundamental na coordenação do cuidado e na identificação precoce de riscos materno-infantis.

O médico de família e comunidade é responsável por oferecer uma atenção longitudinal, acompanhando as gestantes e crianças desde o planejamento reprodutivo até o acompanhamento do desenvolvimento infantil. Sua atuação vai além do atendimento clínico individual, englobando ações de educação em saúde, visitas domiciliares e articulação com outros profissionais da equipe multiprofissional. Essa integração possibilita um cuidado mais humanizado e centrado na pessoa, com foco na prevenção e no fortalecimento dos fatores protetores. Além disso, o médico de família atua como elo entre o sistema de saúde e a comunidade, sendo capaz de identificar barreiras de acesso e propor soluções locais. Ao compreender as particularidades culturais e sociais de cada território, o profissional consegue adaptar as intervenções de saúde às necessidades reais da população, promovendo maior



adesão às orientações médicas e fortalecendo o papel da APS como eixo estruturante da rede de atenção (Romano *et al.*, 2008; Baia *et al.*, 2024).

## **Prevenção da Mortalidade Materna**

A prevenção da mortalidade materna depende essencialmente da qualidade do pré-natal e da detecção precoce de complicações. O acompanhamento sistemático das gestantes permite identificar fatores de risco, como hipertensão, diabetes gestacional e infecções, possibilitando intervenções oportunas e redução das complicações no parto. O médico de família, com sua abordagem centrada na pessoa e na comunidade, tem a capacidade de garantir que o pré-natal seja acessível, humanizado e resolutivo (Tintori *et al.*, 2022).

Outro aspecto fundamental é o fortalecimento das ações educativas voltadas à saúde sexual e reprodutiva, promovendo o empoderamento feminino e o planejamento familiar. O diálogo aberto e o acolhimento nas consultas criam um ambiente propício para discutir temas como contracepção, direitos reprodutivos e prevenção de agravos, reduzindo o número de gestações não planejadas e os riscos associados. Além disso, a identificação precoce de sinais de alerta, como sangramentos ou aumento da pressão arterial, permite encaminhamentos oportunos e evita desfechos fatais (Silva *et al.*, 2025).

O período pós-parto, muitas vezes negligenciado, também é crucial para a prevenção da mortalidade materna. A vigilância no puerpério, incluindo avaliação do sangramento, do estado emocional e da amamentação, é essencial para prevenir complicações tardias. O acompanhamento contínuo da mulher pela equipe de saúde da família permite detectar precocemente infecções, hemorragias e transtornos mentais, contribuindo para a redução da morbimortalidade e para a promoção de um cuidado integral (Lima *et al.*, 2023).

## **Prevenção da Mortalidade Infantil**

A redução da mortalidade infantil está diretamente associada à qualidade do cuidado prestado desde a gestação até os primeiros anos de vida. O acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, realizado nas unidades de saúde e nas visitas domiciliares, permite a detecção precoce de problemas nutricionais, atrasos no desenvolvimento e doenças infecciosas. O médico de família, ao manter vínculo contínuo com a criança e sua família,



consegue intervir rapidamente diante de situações de risco, evitando complicações graves e óbitos evitáveis (Ferreira et al., 2023).

A promoção do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida é uma das intervenções mais eficazes na redução da mortalidade infantil. A amamentação protege contra infecções respiratórias, diarreias e desnutrição, além de fortalecer o vínculo afetivo entre mãe e filho. Nesse processo, a equipe de saúde da família tem papel central na orientação, no apoio emocional e na resolução de dificuldades relacionadas à amamentação, garantindo que as mães se sintam acolhidas e seguras (Toma et al., 2008; Borges et al., 2024).

As ações de imunização e vigilância epidemiológica também são pilares fundamentais. O cumprimento do calendário vacinal e a prevenção de doenças transmissíveis são responsabilidades diretas da atenção primária. A atuação integrada entre médico, enfermeiro e agentes comunitários de saúde assegura o monitoramento contínuo das famílias e o controle de surtos, contribuindo para a melhoria global dos indicadores de saúde infantil (Ramos et al., 2010).

### **Intersetorialidade e Trabalho em Equipe Multiprofissional**

A prevenção da mortalidade materna e infantil ultrapassa os limites do consultório médico e exige uma atuação intersetorial efetiva. A articulação entre saúde, educação, assistência social, saneamento e habitação é essencial para enfrentar os determinantes sociais da saúde. A Medicina de Família e Comunidade, por estar diretamente inserida no território, é o elo mais próximo entre o sistema de saúde e outros setores públicos, facilitando a implementação de políticas e ações integradas (Ferreira et al., 2023).

O trabalho em equipe multiprofissional é outro componente essencial. Médicos, enfermeiros, dentistas, nutricionistas, psicólogos e agentes comunitários de saúde colaboram de forma complementar, compartilhando responsabilidades e conhecimentos. Essa abordagem interdisciplinar favorece uma atenção integral e contínua, com foco tanto na prevenção quanto na reabilitação. O agente comunitário, em especial, desempenha papel estratégico na identificação de gestantes e crianças em risco, fortalecendo o vínculo entre a comunidade e os serviços de saúde. Além disso, as ações comunitárias, como grupos de gestantes, palestras e campanhas educativas, promovem a conscientização sobre temas



relevantes, incentivando o autocuidado e a corresponsabilidade familiar. A intersetorialidade e a integração da equipe tornam possível a construção de uma rede de proteção social e de saúde, capaz de reduzir de forma sustentável os índices de mortalidade materna e infantil (Barbastefano *et al.*, 2009).

## **Desafios e Barreiras na Prevenção da Mortalidade Materno-Infantil**

Apesar dos avanços, persistem inúmeros desafios na consolidação de políticas eficazes de prevenção da mortalidade materno-infantil. As desigualdades regionais e a distribuição desigual de profissionais e recursos são obstáculos significativos, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas. A carência de infraestrutura adequada, o acesso limitado a serviços especializados e as deficiências no transporte de emergência comprometem a continuidade e a qualidade do cuidado (Dums *et al.*, 2025).

Outro entrave é a formação insuficiente de profissionais em Medicina de Família e Comunidade, o que dificulta a expansão da APS com qualidade. Muitos municípios ainda enfrentam alta rotatividade de médicos e sobrecarga de trabalho das equipes, fatores que prejudicam o vínculo com a população e a efetividade das ações de prevenção. Além disso, a ausência de políticas de valorização e incentivo à fixação de profissionais nas regiões mais vulneráveis agrava o cenário (Silva *et al.*, 2024).

As barreiras culturais e o desconhecimento da população sobre a importância do acompanhamento pré-natal e infantil também contribuem para a manutenção de índices elevados de mortalidade. O medo, a desinformação e as crenças populares podem levar ao adiamento do início do pré-natal ou à negligência em relação ao cuidado com a criança. Superar esses desafios requer estratégias de educação em saúde contínuas, fortalecimento institucional e investimentos estruturais que garantam o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde.

## **Perspectivas e Estratégias de Melhoria**

As perspectivas na prevenção da mortalidade materna e infantil estão diretamente relacionadas ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde e à ampliação do papel do médico de família e comunidade. Investir em educação permanente, em infraestrutura



adequada e em sistemas de informação integrados é essencial para aprimorar o acompanhamento das gestantes e crianças. O uso de tecnologias em saúde, como prontuários eletrônicos e telemedicina, também representa uma ferramenta promissora para otimizar o acompanhamento em regiões remotas e melhorar a vigilância de casos de risco.

O alinhamento das políticas públicas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3, que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, é um caminho indispensável. Reduzir a mortalidade materna e infantil exige um compromisso coletivo, envolvendo gestores, profissionais e a própria comunidade. A criação de redes de atenção integradas, com foco na equidade e na humanização do cuidado, deve ser prioridade para os próximos anos. Além disso, é fundamental que as futuras estratégias contemplem a ampliação do acesso à saúde reprodutiva, o fortalecimento dos programas de planejamento familiar e a valorização das práticas baseadas em evidências. O protagonismo do médico de família, aliado ao trabalho interdisciplinar e à participação comunitária, será determinante para que o Brasil avance rumo à erradicação das mortes maternas e infantis evitáveis, consolidando um sistema de saúde mais justo, eficiente e humano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Medicina de Família e Comunidade desempenha papel estratégico na prevenção da mortalidade materna e infantil ao integrar ações clínicas, educativas e sociais em um modelo de cuidado contínuo e humanizado. Sua inserção na Estratégia de Saúde da Família possibilita a construção de vínculos sólidos entre profissionais e comunidade, facilitando o acesso e promovendo a equidade em saúde.

O enfoque preventivo e a atuação multiprofissional permitem identificar precocemente riscos, prevenir complicações e reduzir as desigualdades que perpetuam os altos índices de mortalidade. No entanto, a consolidação dessas práticas requer investimentos constantes em capacitação, estrutura e valorização da Atenção Primária à Saúde, garantindo que o cuidado seja efetivo e centrado nas necessidades reais da população.

Portanto, a redução da mortalidade materna e infantil não depende apenas de avanços tecnológicos ou hospitalares, mas sobretudo do fortalecimento da atenção básica e da



atuação comprometida dos médicos de família e comunidade. A consolidação de políticas integradas, intersetoriais e baseadas em evidências é o caminho mais eficaz para assegurar um futuro mais saudável para mães e crianças, promovendo o desenvolvimento humano e social de forma sustentável.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, A. M. O. et al.. Desigualdade, pobreza e condições de saúde e nutrição na infância no Nordeste brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 10, p. 2337–2350, out. 2007.

BAIA, F. G. R. et al. A importância da atenção primária à saúde no acompanhamento pré-natal: uma revisão integrativa da literatura. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 6(9), 1139–1172; 2024

BARBASTEFANO, P. S.; VARGENS, O. M. DA C.. Prevenção da mortalidade materna: desafio para o enfermeiro. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 62, n. 2, p. 278–282, mar. 2009.

BORGES, G.R.P. et al. Aleitamento materno: imprescindível nos seis primeiros meses de vida. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 3896-3908, jan./fev., 2024

BORGES, L. P., et al. Intervenções eficazes na redução da mortalidade materno-infantil: uma análise abrangente. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 6(3), 1528–1536; 2024

DUMS, W. et al. Mortalidade materna no Brasil (2020-2024): distribuição macrorregional, causas diretas, indiretas e o papel da Rede Cegonha e PNAISM. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos* · 2025;19:e082423

FACCHINI, L. A.; TOMASI, E.; DILÉLIO, A. S.. Qualidade da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. *Saúde em Debate*, v. 42, n. spe1, p. 208–223, set. 2018.

FERREIRA, C. V. L., et al. Fatores de risco associados à mortalidade infantil no Brasil: revisão integrativa. *Revista foco*, 16(9), e2817, 2023

FILIPPI V et al. Levels and Causes of Maternal Mortality and Morbidity. In: Black RE, Laxminarayan R, Temmerman M, et al., editors. *Reproductive, Maternal, Newborn, and Child Health: Disease Control Priorities, Third Edition (Volume 2)*. Washington (DC): The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank; 2016

LAURENTI, R.; MELLO-JORGE, M. H. P. DE .; GOTLIEB, S. L. D.. Reflexões sobre a mensuração da mortalidade materna. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 16, n. 1, p. 23–30, jan. 2000.

LIMA, CRP. et al. Análise epidemiológica da mortalidade materna no Brasil. *Brazilian Journal*



of Development, Curitiba, v.9, n.8, p. 24241-24258, aug., 2023

LIMA, L.C. et al. Idade materna e mortalidade infantil: efeitos nulos, biológicos ou socioeconômicos? R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 211-226, jan./jun. 2010

RAMOS, Camilo Ferreira et al. . Cumprimento do calendário de vacinação de crianças em uma unidade de saúde da família. Rev Pan-Amaz Saude, Ananindeua , v. 1, n. 2, p. 55-60, jun. 2010 .

ROMANO, V. F.. A busca de uma identidade para o médico de família. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 18, n. 1, p. 13–25, 2008.

SILVA GADELHA, G. G. R. et al. Planejamento familiar e saúde reprodutiva: Prevenção de gestações não planejadas. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 7(3), 2135–2152, 2025

SILVA, A. F. et al. O papel da equipe multiprofissional na redução da mortalidade materno-infantil: estratégias e desafios. *Caderno Pedagógico*, 21(10), e8535, 2024

TINTORI, J. A. et al. Epidemiologia da morte materna e o desafio da qualificação da assistência. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 35, p. eAPE00251, 2022.

TOMA, T. S.; REA, M. F.. Benefícios da amamentação para a saúde da mulher e da criança: um ensaio sobre as evidências. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, p. s235–s246, 2008.